

**ATA Nº 27, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE SOCIAL DO SANEAMENTO BÁSICO.**

Aos (24) vinte e quatro dias do mês de outubro, do ano de dois mil e vinte quatro (2024) através do aplicativo Google Meet, meio pelo qual a reunião aconteceu e registrou-se a presença dos seguintes **Conselheiros (natos)**: Presidente, Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho/SEMURB; Vice Presidente, Robson da Silva Siqueira/IFCE Maranguape; Lucia Mara Bezerra da Silva (Mara)/SEMA; Silvio Carlos de Oliveira Napoleão/CAGECE; Aquécio de Oliveira da Costa/SEINFRA. **Conselheiros (eleitos)**: José Dalisson Cavalcante do Nascimento/Ecomuseu de Maranguape; Shirley Ferreira/AVATAH; Beatriz Ferreira Andrade/CEM. Tivemos ainda a participação dos técnicos do núcleo de Meio Ambiente da SEMURB: Italo Renan Ferreira Girão/Diretor desse Núcleo; Adelia Yara Almeida Mota/Diretora de Urbanismo da SEMURB; Carlla Danielle da S. Laureano/Gerente do Licenciamento da SEMURB; José Carlos Castro da Silva/Analista da SEMURB. Foram ainda registradas as seguintes faltas justificadas: José Luiz Ferreira de Menezes/CEEU. Encerrada essa conferência de frequência, os trabalhos foram iniciados com a abertura da reunião pelo diretor Italo, que apresentou a pauta: **Minuta de resolução: Licenciamento Ambiental - empresa AVIPEC; Minuta de resolução: Licenciamento Ambiental - instalação de antena de radiotelefonia**, que trata acerca de pedidos de licenciamento por dois empreendimentos que tem sua localização, segundo o Plano de Diretor do ano de 2000, em Zonas Especiais. As mesmas áreas, no entanto, passaram por notáveis modificações, ocasionando mudanças na sua configuração de ocupação e uso. Nesse contexto o Diretor Italo, destaca que o processo de revisão do Plano Diretor Participativo do Município se encontrava em vias de conclusão, com expectativa de haver abertura para a consulta pública no mês de novembro, onde haveria a apresentação da proposta de um novo zoneamento mais adequado a realidade atual do município, sendo a participação do COMDEMA de suma importância para a mobilização e discussões necessárias nesta fase. Em função disso os pedidos de licenciamento foram trazidos para que pudessem ser apreciados pelo conselho e também houvesse a deliberação. O diretor ainda explica que um dos empreendimentos teria como característica o fato de ser um antigo, que seria a AVIPEC, que já tinha um certo tempo desde a sua instalação, e o outro seria mais recente, no caso sendo a instalação da antena de rádio telefonia. Para a exposição de mais detalhes acerca do caso, o diretor passa a palavra para a Gerente do Licenciamento Ambiental da SEMURB, Carlla Danielle. A gerente inicia a sua fala apresentando o pedido de regularização da Licença Ambiental de Operação da empresa AVIPEC, tendo sua localização na Zona Especial próxima a CE, na Avenida Aviador Childerico Mota, número 1960, no bairro Tangureira, tendo como principal atividade o comércio varejista e atacadista de produtos agropecuários. No caso, eles vendem tanto ração quanto medicação para animais. A gerente então expôs o mapa com a localização do empreendimento, destacando os equipamentos em proximidade, em seguida exibindo a visão de satélite do galpão, onde eles recebem da matriz rações e medicamentos, onde armazenam e depois distribuem para os seus clientes. Também menciona o refeitório, a parte administrativa, e uma área de convivência e a área onde entram os caminhões. Então, considerando que a atividade de construção civil é passível de licenciamento, tem como potencial poluidor degradador, como médio impacto, é uma atividade de licenciamento no âmbito local, a empresa já funciona há mais de 10 anos, e agora, como parte da nova política ambiental da empresa, busca a sua regularização do Licenciamento Ambiental. Ela se encontra instalada numa zona especial, que eram consideradas sensíveis no ano do plano diretor de 2000. Hoje em dia a área já se caracteriza como área de expansão urbana. Nesse intuito a empresa busca regularizar a Licença Ambiental de Operação. O objetivo da regularização da empresa também seria o pagamento de uma compensatória ambiental. A medida compensatória, bem como seu valor correspondente, foi calculada de acordo com o porte da atividade, reiterando que a única atividade é o comércio atacadista, eles não produzem nenhuma ração, não produzem nenhum medicamento, eles apenas recebem de um fornecedor para distribuir para seus clientes. A título de compensatória ambiental para autorização do licenciamento ambiental, o empreendedor deve assinar e cumprir um TCCA, que é o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental, cujas exigências consideram o impacto ambiental da atividade. A gerente exibiu algumas imagens da empresa e explicou que o setor de licenciamento ambiental recebeu o pedido, recebeu um Plano Básico Ambiental, um estudo ambiental e todos os documentos da empresa, mencionando a existência de um contrato referente a reciclagem, sendo a maior parte da matéria prima de medicação, eles recebem muitos produtos em caixas de papelão. Por conta disso a empresa, ela tem um convênio com outra empresa de reciclagem que eles devolvem todas as embalagens de papelão. A empresa apresentou toda a documentação necessária para o licenciamento ambiental, estudo, assinado com RT, tudo corretamente. Sendo apresentado mais imagens, demonstrando basicamente que a empresa seria um galpão que armazena diversos



produtos farmacêuticos para animais. Apontando a área dos medicamentos, que é refrigerada, porque contaria com a presença de vacinas, em seguida a entrada da empresa, destacando que também haveria um convênio para a devolução dos Paletes. Basicamente, os resíduos da empresa seriam resíduos comuns da parte administrativa, destinados para a coleta municipal e os remédios, quando eles estão perto de se vencer, são devolvidos para o fornecedor e todas as embalagens são separadas e encaminhadas para o convênio citado. Então, basicamente, eles têm a destinação correta de todos os resíduos gerados na atividade, com a gerente enfatizando PGRS adotado na empresa, com isso a gerente encerra sua fala com relação ao primeiro empreendimento. Em sequência o Diretor Italo, sugere que quaisquer dúvidas sejam expostas pelos conselheiros, antes que se desse prosseguimento para o outro empreendimento. Acerca disso a conselheira Mara, menciona que tem uma certa preocupação com relação a possível presença de algum recurso hídrico no perímetro da empresa, por se tratar de uma área outrora considerada como especial. Além disso, saber a destinação do resíduo, que não seria o resíduo de papelão, com os produtos, os insumos agropecuários, que ele trabalha, defensivos ou fertilizantes, ou já que é uma coisa relacionada à área agrícola, mais especificamente, talvez, a agropecuária. A Gerente Carlla responde que eles têm um convênio, eles têm um termo de adesão do Programa Ambiente Saudável. Eles fazem parte de um programa de Ambiente Saudável. Eles têm um termo de adesão com associação com associação. E aí, nesse termo, eu posso até encaminhar depois, eles têm toda a descrição dos tipos de resíduos gerados, contratos e do tipo de devolução, basicamente, como falado, todos os resíduos são encaminhados só da parte administrativa, os resíduos comuns que vão para a coleta municipal. Além disso, a empresa já funciona há mais de 10 anos, com um público consolidado, e eles têm alguns clientes importantes, o que demanda a aquisição da licença. A conselheira Mara, ressalta que o fato de eles nunca terem licença se constitui como um fator de atenção, pois poderia haver muitos erros cometidos por falta de orientação ambiental, porque no momento que se consegue o licenciamento, o órgão já pede alguns estudos que são necessários para dar a garantia de que a licença está vinculada a atender às demandas e com toda preocupação ambiental. Como eles nunca tiveram, seria importante a apresentação da documentação das três etapas do licenciamento, a prévia, a de instalação e a de operação, mesmo ele já estando no mercado há alguns anos, que essas empresas precisam ter o RAMA, que é Relatório Ambiental de Monitoramento Ambiental, mas que seria um documento de monitoramento que teria que cobrar dele periodicamente, analisando se eles estão fazendo de forma correta. A Gerente agradece pela observação e ressalta que o licenciamento ambiental, tem um checklist para cada atividade, sendo que esse checklist pede tanto a documentação do responsável legal, a documentação do terreno, de rendimento, a planta de situação, planta de referenciada, documentação do terreno, certidão negativa de débitos com município para provar que a empresa está totalmente regularizada, questão do alvará de funcionamento, enfim. Nós pedimos um estudo ambiental de acordo com o que eles fizeram, de acordo com o nosso termo de referência. Eles apresentaram esse estudo com a RT, pagaram a taxa, apresentaram também os contratos sociais. Então essa parte de documentação estaria adequada. Também foi realizado a vistoria, tiramos outras fotos para a questão também de onde os resíduos estariam abrigados temporariamente. Sendo também analisada toda a questão da distribuição organização dentro do depósito. Então, da parte do setor de licenciamento ambiental, o parecer é, sim, favorável. O presidente Marcos, questiona a Gerente acerca do esgotamento sanitário da Ambiental Ceará, se havia sido verificado. A gerente respondeu que o esgotamento sanitário ainda seria por fossa, mas que seria somente o efluente doméstico dos funcionários. O presidente então mencionou que haveria um recurso hídrico nas proximidades e teve como resposta, que sim, mas que é feito limpeza com regularidade. Também a questão de dedetização, eles também, dedetização de pragas, eles também fazem com bastante frequência. Em sequência, o presidente questiona a Diretora Adélia acerca da previsão de alteração da classificação zona por conta do novo Plano Diretor. Todos os alinhamentos vão ser atualizados. Então a gente pode considerar também. Já aproveitando que vai ter um impacto desse e por se tratar de uma zona especial. O Diretor Italo menciona que essas zonas especiais foram criadas em virtude da CE, então, toda a área de influência da CE se tornou zona especial, da CE 065 tendo alguns trechos que seriam áreas de proteção pela presença de APPs. Ele ainda complementa que as apps, a gente já tem elas mapeadas, Carla, já mapeou as apps, têm uma app próxima desse equipamento e inclusive tem outros galpões. Em seguida o conselheiro Silvio Napoleão da Cagece complementa a informação, sobre o esgotamento sanitário, Eu solicitei aqui o envio do mapa, então daqui a pouco a gente vai ter a informação se já é contemplado com rede coletora. Mas com os projetos e o objetivo da universalização, essa situação logo vai ser resolvida, Então, eu acho que essa preocupação é a menor, mas eu tô sentindo que a gente tá com dificuldade de entender que o licenciamento realmente passou pelos crivos necessários para que a gente chegue agora para poder aprovar. Ele tá dentro de uma área de zoneamento, ele tá abrangendo uma APT, então



como tem essa dúvida, eu que fica complexo para tomar uma decisão, dar uma posição. Porque acredito que se está na APP, a questão do zoneamento, como tem um projeto e um trabalho de revisão, como houve uma mudança nas áreas, na ocupação, o crescimento da cidade, então o zoneamento vai sofrer porém a app não vai sofrer alterações. O conselheiro diz acreditar que é preciso ter essa informação bem clara para que a gente possa definir alguma coisa. E se já foi visto no licenciamento que existe uma app na área que nós estamos debatendo o licenciamento, eu acho que no mínimo esse licenciamento ele já deve apresentar condicionante. O diretor Italo então sugere que a Gerente Carlla prossiga para o próximo ponto de pauta, devido a limitação do Tempo. A gerente Carlla então dá início a sua fala. A segunda minuta dispõe sobre autorização para a expedição da anuência, para o uso de zona especial, para o laboratório de construção de uma estação rádio base da empresa Torres do Brasil. É importante, primeiramente, ressaltar que a atividade de estação de base. Aliás, todas as atividades envolvidas com sistema de comunicação não são mais passíveis de licenciamento no âmbito municipal, de acordo com a resolução do STF no ano passado. Então, a gente realmente saberia qual é a competência do município neste processo. Apenas emitir a anuência e o Alvarado de Construção. O empreendimento pretende se localizar na rua Raimundo Herbster, número 100, no bairro Centro, na divisa do Centro e atividade é a instalação e implantação de uma estrutura para a estação de base e o empreendimento pretende se localizar em uma zona especial. E aí também seria necessário uma compensação, no caso urbanística, para autorização da expedição do alvará de construção, tendo em vista que o empreendimento tem que se localizar em uma área sensível aos impactos ambientais. E basicamente é isso, o terreno não vai precisar de desmatamento por causa que já é limpo, ele está respeitando o distanciamento da vizinhança dele. A conselheira Mara questiona sobre a possibilidade do terreno ser cercado e também ser separado da propriedade. A gerente explica que esse ponto ocorreria em um ponto posterior quando fosse dado entrada no licenciamento ambiental do empreendimento. O Vice presidente Siqueira, menciona a importância que se crie uma perímetro verde ao redor da antena como modo de diminuir o impacto da instalação da antena e preservar o aspecto visual da serra de maranguape e sugere que sejam feitas medidas como uma cobertura que simula uma árvore, como forma de diminuir a poluição visual. Em seguida, o Presidente Marcus destaca os pontos levantados pelo Vice presidente Siqueira conselheiro Silvio, mostra concordância com a visão exposta pelo Vice presidente Siqueira acerca da possibilidade de camuflagem da antena complementando sua fala com a explanação acerca de pontos jurisdicionais, explicando que a SEMURB havia sido oficiada pela SEMA para que pudesse realizar o licenciamento de algumas antenas, e que alguns aspectos relativos a casos dessa natureza ainda se encontravam em discussão no tocante a lei do licenciamento urbanístico. Em seguida, o conselheiro Silvio Napoleão demonstrou apoio às declarações do Vice-presidente, complementando que é necessário o estabelecimento de condicionantes que garantam que a instalação da antena não viria a causar um prejuízo visual demasiado. A diretora Adélia, menciona que todos os aspectos de natureza ambiental e urbanística estão sendo cuidadosamente considerados e que a equipe teve a atenção para expor de maneira clara o caso ao conselho para realização de avaliação e alinhamento. Após as considerações realizadas pelos conselheiros pela equipe técnica da SEMURB, o diretor Italo levantou os principais pontos considerados e abriu para a votação. A primeira resolução voltada para a Empresa AVIPEC, que estabelece os condicionantes para a concessão da licença, foi aceito por todos os conselheiros presentes na reunião garantindo a aprovação da resolução pelo conselho. A segunda resolução voltada para a instalação da antena que tinha como demanda condicionantes voltados para o aspecto visual da garantindo os aspectos de beleza visual urbana do município fossem preservados, dessa forma mitigando possíveis impactos visuais gerados pela sua instalação, o que foi aceito por todos os conselheiros presentes. Feitas as ponderações, a apresentação foi finalizada, sem mais para o momento, eu, Ítalo Renan Ferreira Girão, que secretariei esta reunião, dou por encerrada a presente ata, que será assinada por todos os presentes. //////////////////////////////////////

1. Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho/SEMURB
2. Robson da Silva Siqueira/IFCE Maranguape
3. Lucia Mara Bezerra da Silva (Mara)/SEMA
4. Aquécio de Oliveira da Costa/SEINFRA
5. Silvio Carlos de Oliveira Napoleão/CAGECE